CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo

Class.: _____

Data: 08/02/85

Pg.: _____

190

'Para Júlio Campos, o índio é caso de polícia'

Sr.:

O conceituado jornal *O Estado de S. Paulo*, na edição do dia 31 de janeiro de 1985, às páginas 18, publicou uma matéria sob título "Para Júlio Campos, o índio é caso de polícia", contendo declarações do ilustre governador de Mato Grosso.

Concordo plenamente com as declarações do eminente governador Júlio Campos, de Mato Grosso, de que "o índio é caso de polícia, mas por influência da Funai...", acrescentando que é caso de Segurança Nacional, no sentido de que, por falta de seriedade e de honestidade no trato de problemas indígenas, por parte da Funai e de outros órgãos responsáveis pelo assunto, subverte a ordem jurídica, estabelecendo um sério conflito entre índios e brancos, especialmente no que tange à problemática fundiária, a exemplo do caso "apinajés" e tantos outros, com grave ameaça à estabilidade social.

Com efeito, por falta de seriedade e de honestidade de propósitos, os despreparados, arbitrários e não poucas vezes desonestos funcionários e representantes da Funai, falam e agem em nome dos supostos interesses dos índios desconhecendo totalmente a realidade sócio-econômica e política em que estão inseridos, sob a influência de pressões até externas e de interesses outros, procedendo quase sempre contra e acima da ordem jurídica e da legislação pertinente (artigos 4º, IV, 198, §§ 1º e 2º e 153, § 22 da Constituição Federal e Lei nº 6.001, de 19/12/73 — Estatuto do Índio — e o Dec. nº 88.118, de 23/2/83, que regulamentou o processo de Demarcação de Terras Indígenas).

O governador Júlio Campos tem muita razão nas suas declarações sobre a situação existente no Estado que governa, quanto aos problemas, "em conseqüências de portarias do chefezinho de uma fundação qualquer da vida, que recebe o apoio do presidente da República", contra cuja situação os governadores biônicos não opuseram uma legítima resistência mais firme. Na verdade, o governador Júlio Campos está tomando o bonde da problemática indígena do seu Estado, já andando, e tardiamente, já que a maioria dos problemas existentes já o encontrou, e está sofrendo as conseqüências dos atos praticados, arbitrária e ilegalmente pela Funai, ante a omissão de seus antecessores.

O exemplo patente é o caso mencionado especificamente pelo governador Júlio Campos, referindo-se aos

"barbudinhos da vida que a dirigem, responsabilizando-os pelo êxito de 65 índios da região do Vale do Guaporé, que não encontraram dificuldades para tomar 280 mil hectares da melhor terra, intensificando os conflitos entre eles e os fazendeiros". Esse é um caso conhecidíssimo, que envolve centenas de pequenos, médios e grandes proprietários, que adquiriram terras devolutas do governo de Mato Grosso, há cerca de 20 anos, com certidão negativa de existência de índios, fornecidas pela própria Funai e que foram desenvolvidas pelos pioneiros, geralmente do Sul do País, com grande investimento de capital, hoje todas propriedades em franca produção. Essas áreas altamente valorizadas, e que pela grande produção agropecuária constituem importante riqueza nacional, já incorporada ao patrimônio do País, estão sendo sumariamente confiscadas pela Funai, que baixou uma "portariuzinha" a de nº 1.125 — E/81 declarando uma vasta região do Vale do Guaporé, no Município de Vila Bela de Santíssima Trindade, abusiva, ilegal e arbitrariamente, terras indígenas ocupadas. E, valendo-se da malfada portaria, que não passa de estudos preliminares para definição e estabelecimento de áreas indígenas, a Funai está procedendo à demarcação administrativa, "manu militari" contra disposições expressas do Decreto nº 88.118/83, que estabelece, taxativamente, além do exame acurado e conclusivo por parte do grupo interministerial dos estudos preliminares da Funai e sua aprovação por parte dos ministros do Interior e Assuntos Fundiários, a obrigatoriedade da homologação final por decreto presidencial, que pressuposto fundamental do processo demarcatório (Artigo 2º, §§ 1º, 2º, 3º e 4º do Decreto mencionado), pois aquela demarcação administrativa começara muito depois da vigência deste diploma legal, isto é, em dezembro de 1983. A Funai se considera onisciente e onipresente e tão poderosa que está desobedecendo frontalmente o decreto presidencial, que regulamentou o processo demarcatório, e nada lhe acontece, não obstante ser do conhecimento dos senhores ministros do Interior e dos Assuntos Fundiários, do Conselho de Segurança Nacional, do Serviço Nacional de Informações e da própria Presidência da República.

O governador Júlio Campos, que em boa hora resolveu assumir o grave problema no seu Estado, com aplauso e apoio de todas as pessoas,

que pensam séria e honestamente nos problemas de interesse do País, neste problema grave da vida nacional, pode e deve no caso do Vale do Guaporé tomar providências efetivas e enérgicas, para definir e estabelecer nos devidos termos e limites as Reservas Indígenas, de interesse real de cerca de 65 índios, mencionados por Sua Excelência, porque a ilegal e arbitrária demarcação administrativa ainda não se ultimou. O que a Funai está pretendendo é, sob alegação nunca comprovada de pressão e exigência do Banco Mundial, financiador parcial das obras de pavimentação da BR-364, cujo traçado corta a rica região do Vale do Guaporé, unir as reservas já existentes, aumentando-as em proporções inimagináveis, isto é, para cerca de 280 mil hectares (Waiquisu, Alantesu e outros).

O governador de Mato Grosso tem o dever de defender a legitimidade dos títulos expedidos pelo governo do seu Estado, na década de 60 e que incidem sobre a área confiscada, sob pena de responsabilidade, impedindo o abuso dos funcionários da Funai, que estão invadindo as propriedades legitimamente constituídas, antes de solução definitiva, no sentido de que o Poder Judiciário decida sobre a validade, ou não, dos títulos de propriedade das terras, que a Funai quer pura e simplesmente confiscar, erigindo-se em próprio órgão judicante. Aliás, no caso idêntico ao do Vale do Guaporé, ocorrido na Bahia com as terras reivindicadas pelos índios Pataxós, a Funai quis retomar e confiscar, inclusive invadindo a área, quando o então governador veio em defesa da legitimidade de centenas de títulos expedidos pelo Governo em favor dos proprietários, impedindo que se consumasse o confisco sumário, deslocando a discussão para área do Judiciário, perante o qual a Funai teve que ajuizar à Ação Ordinária Declaratória de Nulidades de Títulos de Propriedade Sobre Imóveis Rurais, contra centenas de proprietários das terras, "consideradas dos Pataxós", e governo da Bahia, com fundamentos nos artigos 4º, IV, e 198 §§ e Lei 6.001/73, ora em curso perante o Egrégio Supremo Tribunal Federal, sob nº 312-1-BA.

Oxalá, seja o grito de revolta e alerta do governador Júlio Campos, o início de uma reformulação séria da problemática indígena no interesse dos índios e dos brancos, mas, sobretudo, no interesse da Nação Brasileira. Antonio Morimoto, Capital